

**ACTA NÚMERO 7/10 DO EXECUTIVO**  
**REALIZADA NO DIA 1 DE ABRIL DE 2010**

----- No primeiro dia do mês de Abril do ano de dois mil e dez, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se uma reunião da Câmara Municipal, sob a presidência de GIL NADAIS RESENDE DA FONSECA, e com a presença dos Srs. Vereadores JORGE HENRIQUE FERNANDES ALMEIDA, JOÃO CARLOS GOMES CLEMENTE, ELSA MARGARIDA DE MELO CORGA, MANUEL CORREIA MARQUES, BRITO ANTÓNIO RODRIGUES SALVADOR e CARLA JACINTA GARRUÇO DA ALMEIDA. -----

-----Esteve presente para a secretariar, ANA CRISTINA MARTINS TOMÁS, Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, em regime de substituição. -----

-----Eram nove horas e trinta minutos quando o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES A PRESTAR PELO SR. PRESIDENTE E SRS. VEREADORES.--**

----- Neste ponto das informações, o Sr. Presidente comunicou a realização de uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, no próximo dia 9, e, indicou, também, os assuntos em discussão nessa Sessão. -----

----- A seguir, usou da palavra o Sr. Vereador Manuel Marques, que principiou por perguntar como é que irão funcionar as ciclovias que têm vindo a ser marcadas na cidade, considerando os estacionamento permanentes junto aos passeios, nomeadamente na zona das piscinas. -----

----- Continuando a sua intervenção, o Sr. Vereador Manuel Marques voltou a referir-se à Rotunda junto ao Hospital, para informar que continuam a ocorrer acidentes, e, solicitar que fosse estudado uma nova solução para aquele local. -----

- A terminar a sua intervenção, o Sr. Vereador Manuel Marques perguntou se na empreitada de beneficiação da Margem Norte do Rio Águeda não poderia ser envolvida a beneficiação da ponte velha porque, dada a sua idade e grande utilização, seriam úteis alguns trabalhos de beneficiação e reparação. -----

----- A seguir, usou da palavra a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Carla Jacinta para perguntar se os agrupamentos escolares foram ouvidos aquando da realização dos projectos das novas escolas. Questionou também se foi instaurado algum processo de averiguações ou disciplinar ao Senhor José Resende, uma vez que soube que aquele funcionário teve alguns problemas em hora de serviço. -----

----- Continuando a usar da palavra, a mesma Sr.<sup>a</sup> Vereadora quis saber quem é que explora a Cantina Municipal e quem contratou os trabalhadores que lá trabalham. Solicitou, também, a mesma Sr.<sup>a</sup> Vereadora, que lhe forneçam a lista das obras que foram embargadas antes de 2005 e legalizadas e quais as embargadas depois de 2005. -----

----- O Sr. Vereador Brito Salvador principiou a sua intervenção por perguntar ao Sr. Presidente qual o conceito que tem dos Vereadores sem Pelouros e quais as suas funções. Continuando a intervir, o Sr. Vereador Brito Salvador colocou mais questões ao Sr. Presidente, nomeadamente: -----

----- Qual a situação, perante a Câmara Municipal de Águeda, da Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Palmira Cruz e que tipo de vantagens tem a Câmara na contratação dos serviços do Dr. Luis Arruda através de uma firma e não directamente, uma vez que essa firma cobra, por mês, pela sua participação no processo, quase um outro salário. -----

Ouvidas estas intervenções o Sr. Presidente deu as seguintes informações às questões colocadas: -----

Relativamente às ciclovias, esclareceu que as vias e estacionamento vão ser adaptados, quanto à Rotunda em frente ao Hospital, referindo que é difícil alterar os hábitos das pessoas e que, a solução adoptada foi a indicada como mais adequada pelos técnicos, não deixa de estar a Câmara receptiva para análise de outras alternativas. -----

Os agrupamentos escolares são convidados a participar na fase de estudo prévio. -----

Quanto ao incidente com o Sr. José Resende, foi realizado um inquérito cujo relatório final foi no sentido do seu arquivamento, por não verificação de infracção disciplinar. -----

Acerca da Cantina Municipal, informou que a mesma está a ser explorada pela firma ITAU, e que alguns funcionários são os que já trabalhavam na Cantina e os restantes são empregados da firma ITAU. -----

----- A antiga Directora dos Serviços Administrativos e Financeiros, Dr.<sup>a</sup> Ana Cruz, alegando problemas de saúde, solicitou a sua demissão, que foi aceite. -----

----- Serão dadas instruções aos serviços para fornecer a listagem das obras a que se referiu a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Carla Jacinta. -----

----- Sobre os Senhores Vereadores entende que as suas competências decorrem da lei em vigor e quanto à contratação do Dr. Arruda, sendo necessário a continuação dos seus serviços e não se podendo abrir concurso para a sua admissão ou contratá-lo a recibo verde, o procedimento adoptado foi o único possível. -----

Face às informações prestadas pelo Sr. Presidente, o Sr. Vereador Brito Salvador disse que, tendo solicitado o contrato celebrado para contratação do Dr. Luis Arruda no dia três de Fevereiro, só lho facultaram muito mais tarde e com a data de 02 de Fevereiro, o que o

leva a pensar que ele não existia e que foi arquitectado, mas que vai continuar a estar atento para que determinadas situações não ocorram como aquelas que sabe que aconteceram quando o Sr. Presidente era Vereador. -----

----- A propósito desta intervenção, o Sr. Presidente disse que as afirmações do Sr. Vereador eram muito graves e ofensivas, e interpelou o Sr. Vereador a provar as mesmas. Acrescentou que o Sr. Vereador Brito Salvador devia informar-se antes de proferir insinuações, porque, para se fazer um concurso para seleccionar uma empresa fornecedora há procedimentos a tomar, decorrendo o inevitável tempo necessário aos mesmos. Referiu ainda que as informações e documentos são entregues mediante a disponibilidade dos serviços e no cumprimento da lei aplicável, designadamente do Código do Procedimento Administrativo. -----

----- A terminar este ponto da Ordem de Trabalhos, o Sr. Vereador Brito Salvador referiu a situação dos trabalhadores-estudantes da autarquia e o recuo do Sr. Presidente na interpretação do Estatuto do Trabalhador Estudante, fruto da sua insistência, e referiu que não deixará de pugnar pela transparência. -----

#### ----- **ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR** -----

##### ----- **SUA APROVAÇÃO** -----

----- Continuando os trabalhos, foi aprovada a Acta referente à última reunião, tendo-se dispensado a sua leitura uma vez que foi distribuída em fotocópia, pelos Membros do Executivo. -----

#### ----- **ASSOCIAÇÕES DIVERSAS** -----

##### ----- **PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO DE CEDÊNCIA DE PRODUTOS QUÍMICOS À LAAC - LIGA DOS AMIGOS DE AGUADA DE CIMA** -----

----- Seguidamente, a Câmara deliberou por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores Brito Salvador e Carla Jacinta, ratificar o despacho que autorizou a cedência de produtos químicos à LAAC – Liga dos Amigos de Aguada de Cima, destinado ao tratamento da água da Piscina da Instituição. -----

##### ----- **RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS, FORMULADO PELO GRUPO FOLCLÓRICO DA NOSSA SENHORA DA SAÚDE** -----

----- Analisado o processo apresentado a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho que isentou o Grupo Folclórico do pagamento de taxas, no valor de 25€, pela realização de um espectáculo de Karaoke. -----

##### ----- **PROPOSTA DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE RAMAIS DE ÁGUA E SANEAMENTO PÚBLICO, FORMULADO PELO CENTRO SOCIAL INFANTIL DE** -----

## **AGUADA DE BAIXO -----**

----- Analisado o pedido formulado pelo Centro Social Infantil de Aguada de Baixo e o parecer técnico emitido pela Divisão de Acção Social, Educação e Juventude, a Câmara deliberou, por unanimidade, isentar o munícipe Carlos Alberto da Silva Ferreira, residente na Rua Fonte do Nabal, em Forcada, na Freguesia de Aguada de Cima, do pagamento das despesas resultantes da colocação dos Ramais de Água e Saneamento, nos termos da proposta que foi apresentada. -----

## **----- APOIO PARA PROVA DESPORTIVA, FORMULADO PELA ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE ÁGUEDA -----**

----- Seguidamente, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir, à Associação Empresarial de Águeda, um subsídio no valor de 1.000,00€, para apoio dos prémios a conceder aos jogadores no Torneio de Golfe que aquela Associação vai levar a efeito nos próximos dias 24 e 25 de Abril, considerando o forte envolvimento de empresas do Concelho de Águeda nesta iniciativa desportiva. -----

## **----- PEDIDO DE ISENÇÃO DO CUSTO DOS RAMAIS DE SANEAMENTO E DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, FORMULADO PELA CASA DO POVO DE VALONGO DO VOUGA -----**

----- Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, isentar a Casa do Povo de Valongo do Vouga do pagamento das taxas referentes aos Ramais de Saneamento e de Água para a Creche Sintz Baptista, em fase de acabamentos, atendendo a que se trata de uma instituição sem fins lucrativos e a obra estar a ser construída ao abrigo do Programa Pares II, tendo como finalidade prestar um serviço necessário à população, assumindo-se como um factor determinante do bem estar e da melhoria das condições de vida dos cidadãos e das famílias da freguesia. -----

## **----- EDUCAÇÃO -----**

### **----- PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE VERBA PARA PAGAMENTO A PESSOAS/OUTRAS, NAS ESCOLAS DO 1º CICLO - 3º PERÍODO 2009/2010 -----**

----- A seguir, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a verba no valor de 21.763,81€, necessária ao pagamento a pessoal/outras, nas Escolas do 1º Ciclo no 3º período do ano escolar 2009/2010. -----

## **----- OBRAS MUNICIPAIS -----**

### **----- PROPOSTAS DE RECEPÇÃO DEFINITIVA DE OBRAS MUNICIPAIS -----**

----- Vistoriada a totalidade das obras que a seguir se indicam, e verificando-se que as mesmas se encontram concluídas e na devida ordem, nenhuma observação havendo a

fazer, não apresentando deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou de falta de solidez pelas quais se devam responsabilizar as firmas adjudicatárias, a Câmara deliberou, por unanimidade, receber definitivamente as obras em causa e proceder à restituição de todos os depósitos de garantia e diligenciar a extinção de outras eventuais cauções, nos termos do disposto no artigo 229º do Decreto-Lei nº 59/99, de 02 de Março:

-----

----- **PRIORIDADE, LDª** -----

----- Repavimentação da Rua da Igreja/Cemitério/Ponte de Espinhel; -----

----- **JOSÉ MANUEL VIEIRA SARAIVA** -----

----- Iluminação das Escadarias da Igreja da Borralha;-----

----- **A.M. CACHO & BRÁS, LDª** -----

----- Rede de Saneamento na Rua das Almas até à Rotunda em Aguada de Cima; -----

----- **CONSTRUTORA PAULISTA** -----

-----Reparação e Beneficiação do Reservatório Elevado de Recardães (Ajuste Directo); -----

----- Reparação e Beneficiação do Reservatório Elevado de Recardães (Ajuste Directo); -----

----- Reparação e Beneficiação do Reservatório Elevado de Recardães (Ajuste Directo); -----

----- Reparação e Beneficiação do Reservatório Elevado de Recardães (Ajuste Directo); -----

----- **CONSTRUÇÕES MARVOENSE** -----

----- Valorização Ambiental, Remodelação e Urbanização de Espaços Públicos da Cidade – Arranjo da envolvente à Caixa Geral de Depósitos; -----

----- **VITOR ALMEIDA & FILHOS, S.A.** -----

----- Pavimentação da Rua das Almas/Bicaranho – Freguesia de Aguada de Baixo; -----

----- **CONSTRUTORA DA CORGA, S.A.** -----

----- Alargamento/Colocação de Caixa de Tout-Venant – Estrada Bairro Laranjal ao Cruzamento/Rua João Seabra A. do Vouga, Pinheiro Manso no Sobreiro – Freguesia de Valongo do Vouga; -----

----- Pavimentação da Estrada de S. Caetano até Almeir – Freguesia de Travassô; -----

----- **MANUEL VIEIRA BACALHAU, LDª** -----

----- Alargamento e alcatroamento da estrada da Rua do Picoto – Freguesia de Recardães; -----

----- Alargamento e Pavimentação do caminho dos Bocelinhos – Freguesia de Óis da Ribeira; -----

----- **CABRAL & FILHOS, LD<sup>a</sup>** -----

----- Colocação de relva sintética em Campos de Futebol/Fornecimento e instalação de sistema de Rega; -----

----- **TOPONÍMIA** -----

----- **PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMOS NO LUGAR DO PONTILHÃO, NA FREGUESIA DE MACINHATA DO VOUGA** -----

----- Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta que foi presente, de toponímia para o Lugar de Pontilhão, na Freguesia de Macinhata do Vouga. -----

----- A referida proposta encontra-se arquivada na aplicação informática, junto à agenda desta reunião. -----

----- **ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO** -----

----- **PEDIDO DE APROVAÇÃO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE UM MINIMERCADO** -----

----- Analisado o processo apresentado, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar, para o estabelecimento de Mini-Mercado sito na Rua do Vieira nº 53, em Fermentelos, denominado “Alice”, o horário de Segunda a Sábado das 8:00H às 21:30H e aos Domingos das 9:00H às 13:00H. -----

----- **ÁGUAS DA REGIÃO DE AVEIRO** -----

----- **ANÁLISE E VOTAÇÃO DE PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE OVAR** -----

----- Seguiu-se, na Ordem de Trabalhos, uma proposta de adesão do Município de Ovar à Sociedade ADRA – Águas da Região de Aveiro, S.A.. -----

- Analisado o assunto, a Câmara deliberou por unanimidade, nos termos e para os efeitos previstos na alínea m) do nº 2 do art.º 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, autorizar e solicitar à Assembleia Municipal a necessária autorização para o Município outorgar os seguintes documentos: -----

----- 1 - Adenda ao contrato de parceria celebrado no passado dia 29 de Julho de 2009, entre o Estado e cada um dos Municípios aderentes; -----

----- 2 – Adenda ao contrato de gestão celebrado no passado dia 23 de Setembro de 2009, entre o Estado, cada um dos Municípios aderentes e a entidade gestora da parceria, -----

ADRA – Águas da Região de Aveiro, S.A. ----- 3  
– Adenda ao Acordo parassocial celebrado a 23 de Setembro de 2009, entre a ADP –  
Águas de Portugal, SGPS, SA e cada um dos Municípios aderentes; -----  
4 – A competente alienação de capital da sociedade em benefício do Município de Ovar; --  
-----

Mais foi deliberado, também por unanimidade, nomear o Senhor Presidente da Câmara,  
para representar o Município de Águeda na outorga das referidas Adendas, bem como  
requerer e assinar tudo quanto se mostre necessário aos fins pretendidos.-----

**REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS NO ÂMBITO DE OPERAÇÕES  
URBANÍSTICAS E OBRAS NO ESPAÇO PÚBLICO MUNICIPAL** -----

**ANÁLISE E VOTAÇÃO** -----

----- Seguidamente, nos termos e de acordo com o estipulado no artigo 3º do Decreto –  
Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção conferida pela Lei nº 60/2007, na alínea  
a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Agosto, com a redacção introduzida pela  
Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Executivo deliberou, por maioria, com as abstenções  
dos Srs. Vereadores Manuel Marques, Carla Jacinta e Brito Salvador, aprovar e submeter à  
apreciação e aprovação da Assembleia Municipal as alterações e correcções ao  
Regulamento e tabela de Taxas no âmbito de Operações Urbanísticas e Obras no Espaço  
Público Municipal, publicado na II Série do Diário da República de 20 de Julho de 2009, e  
respectiva fundamentação económica - financeira, conforme documentos que se arquivam  
na aplicação informática, junto à Agenda desta reunião, a produzir efeitos 15 dias após a  
sua publicação no Diário da Republica. -----

**PATRIMÓNIO** -----

**PROPOSTA DE DESAFECTAÇÃO DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO E  
CEDÊNCIA DO DIREITO DE SUPERFÍCIE À CRUZ VERMELHA PORTUGUESA** -----

----- Seguiu-se, na Ordem de Trabalhos, o processo de cedência de um terreno, à Cruz  
Vermelha Portuguesa, para construção de uma Residência Autónoma de Saúde Mental,  
sito sob o pontão do túnel existente, contíguo à sede daquela Instituição. -----

----- Analisado todo o processo, a Câmara deliberou, por unanimidade, de acordo com a  
alínea b) do nº 4 do artigo 53º e alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de  
Setembro, com a redacção conferida pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proceder à  
desafecção daquele terreno do domínio público para o domínio privado do município e  
constituir direito de superfície, daquele terreno, a favor da Cruz Vermelha Portuguesa de  
Águeda, por um período de 50 anos, para os fins supra descritos, assegurando-se  
condições de mobilidade no túnel e passagem pedonal, idênticas às actuais. -----

----- Mais foi deliberado submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.

-----  
Tendo-se constatado um lapso na área do terreno sob o qual a Cruz Vermelha de Águeda já possui Direito de Superfície, foi, também, deliberado, por unanimidade, rectificar a área mencionada. -----

----- **PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DO EDIFÍCIO DA PENSÃO SANTOS** -----

----- Analisada a proposta que foi presente e se encontra arquivada na aplicação informática junto à Agenda desta Reunião, a Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Manuel Marques, Carla Jacinta e Brito Salvador, adquirir, pelo valor de 470.000,00€, um prédio urbano sito na Rua Luis de Camões, descrito na Conservatória do Registo Predial Urbano com o nº 4872/19960506 e na matriz com os artigos números 859, 860 e 1050, composto por cave, rés-do-chão e três andares, com uma área total de 828,90m2, sendo 377,90m2 de área coberta e 451 de área descoberta. O dito prédio possui, ainda, um logradouro com a área de 280m2 e quintal com 172m2. -----

----- Mais foi deliberado, tendo em vista o valor da compra, submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea i) do nº 2 do nº 53º e alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção introduzida pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro. -----

----- Os Srs. Vereadores que votaram contra justificaram a sua posição por não existir uma avaliação para o prédio, por perito externo aos serviços, nem qualquer projecto da Câmara para o imóvel, por considerarem o preço exagerado e por entenderem que a Câmara tem outras prioridades e outras necessidades onde investir. -----

----- **PROPOSTA DE DESAFECTAÇÃO DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO E CEDÊNCIA DO DIREITO DE SUPERFÍCIE AO GINÁSIO CLUBE DE ÁGUEDA - GICA; -**

----- Tendo em vista a existência, junto à fachada Sul do GICA de uma parcela de terreno com a largura de 15 metros, que acompanha toda a fachada, correspondente a uma área de 972m2, integrado no domínio publico e que possui todas as características para possibilitar a remodelação e ampliação do pavilhão daquela Associação, a Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos da proposta que foi presente e se encontra arquivada na aplicação informática junto à agenda desta reunião, proceder à desafecção daquele terreno do domínio publico e integra-lo no domínio privado do município e ceder, o seu Direito de superfície, por um período de 50 anos, ao Ginásio Clube de Águeda, com vista aos fins supra descritos. -----

----- Mais foi deliberado, tendo em vista o disposto na alínea b) e do nº 4 do art.º 53º e alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que



Ihe foi conferida pela lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- **EMPRÉSTIMO** -----

----- **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO Á LISTA DE INVESTIMENTOS A FINANCIAR COM O EMPRÉSTIMO AO BANCO BPI, S.A.** -----

----- Tendo em vista a intenção manifestada pelo Executivo em adquirir o imóvel situado na Rua Luis de Camões (Pensão Santos) a Câmara, ponderada a situação, deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Manuel Marques, Carla Jacinta e Brito Salvador, aprovar a alteração à Lista de Investimentos a Financiar com o Empréstimo ao Banco BPI, e que se consubstancia, apenas, na redução da verba destinada ao Açude no Rio Águeda e a inclusão da aquisição do referido prédio, como de seguida se transcreve: ---

----- Infra-estruturas de Parques Industriais – 500.000€; -----

----- Aquisição de terrenos para Zonas Industriais – 700.000€; -----

----- Requalificação Urbana na Margem Norte do Rio Águeda – 1.900.000€ -----

----- Aquisição de terrenos destinados à construção de Centros Educativos – 300.000€; ----

----- Açude no Rio Águeda – 1.130.000€. -----

---- Aquisição de Imóvel – 470.000€. -----

--- Mais foi deliberado, tendo em vista o previsto na alínea d) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei nº 5-A/2002, 11 de Janeiro submeter esta resolução à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Relativamente a este assunto, os Srs. Vereadores Manuel Marques, Carla Jacinta e Brito Salvador disseram que votavam contra porque a alteração visa a compra do edifício da antiga pensão Santos. -----

----- **PESSOAL** -----

----- **PROPOSTA DE CANCELAMENTO DE CAUÇÕES** -----

----- Ouvidas as explicações prestadas acerca da proposta que foi presente e se arquiva na aplicação informática, junto à Agenda desta reunião, a Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores Manuel Marques, Carla Jacinta e Brito Salvador, restituir a caução, aos funcionários que oportunamente a prestaram, de acordo com a entrada em vigor da LVCR – Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e o Novo Regime de Contrato de Trabalho em Funções Publicas aprovado pela Lei nº 59/2008, de 11 de Setembro. -----

----- **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO** -----

----- Seguidamente, a Câmara analisou e deliberou, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Manuel Marques e com os votos contra dos Srs. Vereadores Carla Jacinta e Brito Salvador, depois de várias questões colocadas e explicações prestadas, aprovar a proposta que a seguir se transcreve: -----

-----“ A Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, introduziu substanciais alterações ao regime jurídico funcional aplicável aos trabalhadores da Administração Pública, entre as quais se destaca a que se reporta à evolução na respectiva categoria, anteriormente designada progressão, agora, alteração do posicionamento remuneratório. -----

----- A alteração do posicionamento remuneratório, depende da posse de determinados requisitos, inerentes à avaliação do desempenho dos trabalhadores, nos termos consignados nos artigos 47.º, 48.º e 113.º da citada Lei. -----

----- Estando sempre dependente da avaliação do desempenho referido às funções exercidas durante o posicionamento remuneratório em que se encontre o trabalhador, a referida alteração pode processar-se através de dois mecanismos: -----

----- Alteração obrigatória, abrangendo os trabalhadores que, nas respectivas avaliações, obtenham 10 pontos, contabilizados nos termos prescritos no art. 47.º, n.º 6;

----- Alteração por opção gestionária, abrangendo os trabalhadores que, nas últimas avaliações do desempenho, referido às funções exercidas durante o posicionamento remuneratório em que se encontram, hajam obtido as menções expressas nas alíneas a) a c) do art. 47.º, n.º 1 da citada Lei. -----

----- Porém, a opção gestionária está ainda, condicionada ao preenchimento dos requisitos exigidos pelo art. 46.º da mesma Lei, cabendo ao dirigente máximo do serviço determinar o universo dos trabalhadores abrangidos, tendo em conta a existência de verbas orçamentais adequadas a essa finalidade. -----

----- Constituindo a avaliação do desempenho um instrumento essencial para a alteração do posicionamento remuneratório dos trabalhadores, verifica-se, em todo o caso, que vicissitudes de diversa natureza, à semelhança aliás, do que sucede em muitas outras Autarquias, têm impedido a efectiva avaliação normal de muitos trabalhadores, pelo que importa proceder ao preenchimento dessa lacuna, nos termos legalmente previstos. Trata-se, em síntese, do ponto de vista da gestão de recursos humanos, do reconhecimento do direito à carreira dos trabalhadores, assinalado, por outro lado, um novo ciclo de gestão, que se pretende iniciar, alicerçado exclusivamente no mérito e no desempenho, pela aplicação objectiva dos critérios subjacentes ao SIADAP – Sistema de Integrado de Avaliação do Desempenho. ----- Para esse efeito e tendo em conta o disposto no art. 113.º, n.º 7, da referida Lei 12-A/2008, a Câmara Municipal de Águeda deve proceder ao levantamento dessas lacunas e,

consequentemente, notificar os trabalhadores em causa da atribuição de um ponto, por cada ano não avaliado, devendo também entender-se que, sem prejuízo da reclamação a que esses trabalhadores têm direito, essa pontuação equivale à menção qualitativa de Bom. -----

----- Como decorre do mencionado artigo 113.º, n.º 1, da referida lei, devem considerar-se os anos de 2004 a 2007. -----

----- Quanto ao ano de 2008, verificando-se falta de avaliação, deve recorrer-se à adequada forma de suprimimento que legalmente estiver determinada, no quadro da aplicação do SIADAP à Administração Local. -----

----- Sob este quadro legal, os Serviços de Pessoal procederam a alterações de posicionamento remuneratório sem que, para o efeito, tivesse sido proferida a competente decisão, pese embora fosse intenção do Presidente da Câmara Municipal actuar nesse sentido através da atrás citada opção gestionária. -----

----- A fim de ser apurada a responsabilidade da actuação dos Serviços não autorizada pelo órgão competente foi determinada a instauração de um processo de inquérito, que se encontra a seguir os seus trâmites normais, com vista a decisão quanto aos eventuais procedimentos a seguir, nomeadamente em matéria disciplinar. ----- Sem prejuízo e face ao exposto, existindo o propósito de reposição da situação dos trabalhadores que reúnam condições para o efeito, no respeito pela lei, em suprimimento dessa lacuna, e considerando a existência de verbas orçamentais adequadas a esta finalidade, conforme informação dos Serviços, que anexo, atento o disposto nos artigos 5º/nº 2, b) e 7º do Decreto-Lei 209/2009, de 3 de Setembro, e considerando o encargo financeiro máximo de € 240.000,00, propõe-se ao Executivo Municipal que aprove as seguintes medidas: ----- O suprimimento das avaliações de desempenho, de 2004 a 2008, de todos os trabalhadores a quem, efectivamente, não haja sido aplicado o processo normal de avaliação, devendo ser para esse efeito notificados, nos termos atrás referidos; -----

----- O levantamento de todas as situações passíveis de alteração de posicionamento remuneratório, por opção gestionária;-----

----- A atribuição dessa medida a todos os trabalhadores que, no referido período temporal em causa e nas condições legalmente exigidas, hajam obtido, no mínimo, 5 menções de Bom; -----

----- A aplicação dessa medida com efeitos reportados a 01/01/2009, por força do disposto no art. 47.º, n.º 7, da citada Lei. -----

----- A ratificação das alterações remuneratórias que já foram processadas, na medida em que se conformem com o legalmente disposto, devendo corrigir-se as que se

efectuaram, sem observância dos requisitos legais que lhes estão subjacentes”. -----

----- Os Srs. Vereadores Brito Salvador e Carla Jacinta formularam a seguinte declaração de voto: “Entendemos que este processo não está ainda esclarecido, uma vez que o Senhor Presidente procedeu na última Assembleia Municipal apenas à leitura parcial dos processos de inquérito financeiro e administrativo que ordenou levantar e cujo conteúdo integral à data ainda desconhecemos. Também pelos deputados da Assembleia, por maioria, foi aprovada proposta de envio do processo para análise da IGAL. Por se encontrar em nossa opinião certas coisas por esclarecer relativamente a todo este processo, sem colocar em causa os direitos que os trabalhadores desta autarquia têm relativamente à sua requalificação nas categorias, consideramos ser de principal relevância ver esclarecidos todos os contornos que este processo teve.” -----

----- **ASSUNTOS URGENTES** -----

----- Dada a urgência de que se revestem os mesmos, o Sr. Presidente propôs ao Executivo, nos termos do art.º 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, e na parte final do artigo 19º do Código do procedimento Administrativo, que se inclua na Ordem de Trabalhos desta reunião os assuntos que se seguem – tendo todos os membros do Executivo considerado aceite a urgência, pelo que se passou, de imediato, à sua análise.

----- **OBRAS MUNICIPAIS** -----

**REQUALIFICAÇÃO DA EB 1, 2, 3 FERNANDO CALDEIRA – ÁGUEDA** -----

Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Minuta do Contrato da Obra de requalificação da E.B.1, 2, 3 Fernando Caldeira – Águeda, adjudicada à firma Habitamega - Construções, S.A.. -----

----- **CARTÃO JOVEM MUNICIPAL E.Y.C.** -----

----- **ACORDO DE COLABORAÇÃO** -----

----- Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Acordo de colaboração a celebrar com a MOVIOJovem – Mobilidade Juvenil, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, com vista à criação do Cartão Jovem Municipal E.Y.C. -----

----- Eram doze horas e vinte minutos quando o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que eu, Ana Cristina Martins Tomás, Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, redigi, subscrevo e assino com o Sr. Presidente. -----